

# Governo tranquiliza credores sobre Constituinte

Documento que estabelece acordo com bancos diz que aprovação de mandato de cinco anos ajuda cumprimento de metas

**ARMANDO OURIQUE**  
Enviado especial a Tóquio

No documento de 166 páginas que estabelece os termos do acordo do Brasil com os bancos credores ("term sheet"), obtido pela Folha com exclusividade, o governo brasileiro, buscando tranquilizar seus credores sobre a situação do país, afirmou, no preâmbulo, que o Congresso constituinte "provavelmente não introduzirá mudança significativa nas regras que tem governado o influxo de capital estrangeiro para o Brasil há mais de 20 anos" e que o mandato de cinco anos do presidente José Sarney "dará tempo para que o atual programa seja inteiramente implementado e produza resultados durante o atual governo".

A declaração da República Federativa do Brasil à comunidade financeira internacional diz ainda que o governo "tem conseguido reconciliar a consolidação de instituições democráticas com a adoção de medidas de austeridade necessárias, mas às vezes impopulares". A futura Constituição, segundo a declaração do governo, "vai reforçar o papel do setor privado" e "vai representar um passo importante na descentralização da arrecadação do setor público e do processo de decisões econômicas".

"O Brasil atravessou dificuldades econômicas no último ano, mas está agora firmemente de volta no caminho para o crescimento econômico. O governo está implementando um programa econômico consistente e abrangente que já está começando a apresentar resultados positivos", segundo a declaração.

A parte contratual do documento, que foi acordado com o Comitê Assessor dos Bancos Credores no último dia 22, afirma que o Fundo Monetário Internacional, após o término do acordo de "stand by" em 31 de dezembro de 1989, manterá pelo menos uma supervisão semestral do desempenho da economia brasileira até 31 de dezembro de 1993, seguindo procedimentos previstos no artigo 4 dos seus estatutos.

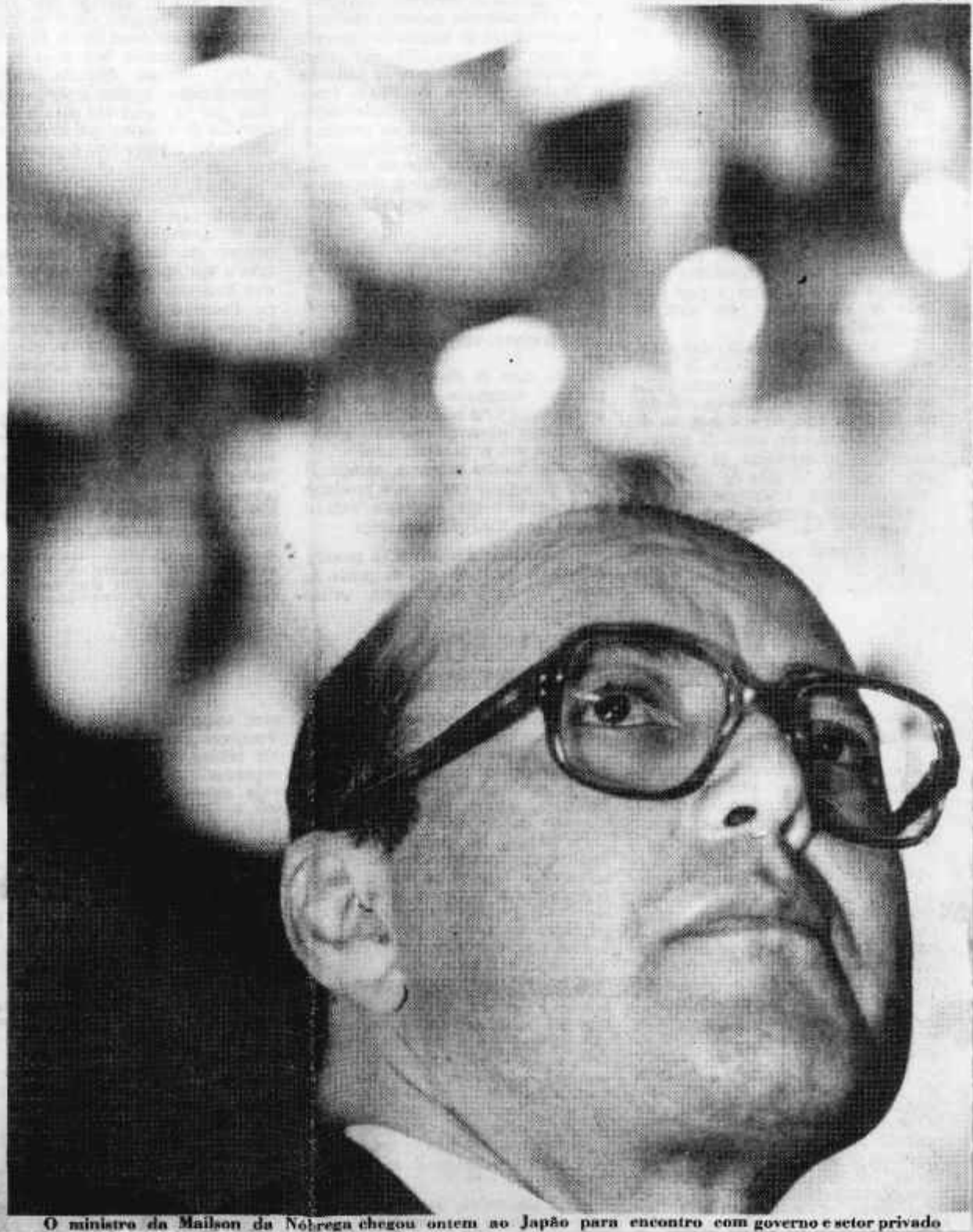
O chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, um dos principais negociadores do acordo, disse ontem a Folha, durante o voo da Japan Airlines, que trouxe a comitiva do ministro Mailson da Nobrega de São Francisco (costa Oeste dos EUA)

para Tóquio, que a cláusula do acordo que estabelece o regime de supervisão do FMI entre 1989 e 1993 foi acirradamente discutida com o comitê assessor durante as negociações. Amaral disse que os banqueiros queriam que o Brasil aceitasse um regime de monitoramento durante esse período em que continuaria, nos termos do artigo 4, obrigado a cumprir metas semestrais quantitativas de desempenho econômico. O governo brasileiro, acrescentou Amaral, recusou esta exigência, mas aceitou um regime especial de supervisão do FMI, previsto no âmbito do artigo 4, em que o país está obrigado a apresentar relatórios semestrais de desempenho econômico ao Fundo Monetário. O artigo 4 estabelece o regime de supervisão do FMI para todos os países membros que não tenham em curso um programa de saque de recursos do Fundo Monetário. Normalmente, os países membros, nessa situação, são obrigados a apresentar um relatório anual ao FMI. O comitê assessor exigiu, com a apresentação de relatórios semestrais, um regime ampliado de supervisão durante o período de 1989 a 1993, se o Brasil preferir não renovar com o Fundo Monetário, em 1989, o acordo de "stand by", que entrou em vigor no último dia 1.º.

Os procedimentos semestrais de supervisão do FMI, segundo afirma o documento, serão detalhados no Acordo Plurianual, que ainda está em negociação. Amaral afirmou entretanto que sobre esta questão o governo brasileiro e o comitê assessor já firmaram acordo no sentido de que a supervisão ampliada do FMI após 1989 não exigirá o cumprimento de metas quantitativas de desempenho econômico.

O Brasil também assumiu o compromisso, no acordo concluído no último dia 22 (chamado República Federativa do Brasil: Plano de Financiamento) a buscar a implementação do programa de "stand by" até 31 de dezembro de 1989, data do término do programa.

O acordo do último dia 22 com o comitê assessor também estabelece que, se o Brasil enfrentar uma "deterioração de sua condição financeira" que não conseguir resolver "através de canais normais de mercado", estará obrigado a buscar recursos externos "de agências oficiais e multilaterais".



O ministro da Mailson da Nobrega chegou ontem ao Japão para encontro com governo e setor privado

## Ulysses considera difícil fim da anistia no segundo turno

Do Sucursal de Brasília

O presidente interino, Ulysses Guimarães, disse ontem que "é possível, mas muito difícil" que o Congresso constituinte, no segundo turno, suprima a emenda que concede anistia parcial aos pequenos empresários que contraiam dívidas durante o Plano Cruzado. "Supressão só com amplo entendimento, e vai ser difícil arranjar 280 votos para suprimir esta e outras emendas", afirmou.

Outros dois assuntos, que Ulysses diz sentir pressão contrária, são o turno de seis horas para as categorias que trabalham ininterruptamente e o voto aos 16 anos. Mudou a

posição, contrária, de Ulysses Guimarães em relação ao FMI? Ao responder esta pergunta, Ulysses disse: "Minha posição sobre isto é do conhecimento da sociedade, mas eu estou na Presidência de passagem. O responsável se chama José Sarney e não Ulysses Guimarães. Estamos na expectativa quanto aos resultados do acordo mas, nossa posição é conhecida por todos".

Sobre o final do primeiro turno da votação da nova Constituição o presidente interino afirmou: "Não houve vencedores nem vencidos, como pôde se ver no encerramento, quando todos se abraçaram numa manifestação de alegria e esperança que, espero, se estenda ao povo".

## Pazzianotto acha que alguns direitos trabalhistas podem cair

Da Redação

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, acredita que alguns dos direitos trabalhistas, como jornada de seis horas para turnos ininterruptos e licença paternidade, que constam da nova Constituição, conforme aprovada em primeiro turno de votação, poderão ficar fora do texto final. A afirmação foi feita ontem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, antes da assinatura de um contrato de financiamento para a conclusão da sede, entre o sindicato e a Caixa Econômica Federal (CEF). Pazzianotto disse que não vê porque alguns desses itens devam

figurar na Constituição, uma vez que a lei ordinária pode atuar nessas áreas.

O contrato assinado ontem pelo presidente do sindicato, Luiz Antonio de Medeiros, e o gerente-geral da CEF em São Paulo, Luiz Gonzaga de Araújo Lobo, é da ordem de 423.543,77 OTNs (cerca de Cz\$ 678,5 milhões).

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, afirmou que o programa de construção de casas populares não será afetado com possíveis cortes no Orçamento da União decorrentes da anistia concedida aos pequenos empresários.